Câmara Municipal de Piedade
Rua Eurico Cerqueira César, 160 – Centro – Piedade – SP CEP 18170-000
Telefone: (15) 3244-1377 - Site: www.piedade.sp.leg.br
E-mail: contato@piedade.sp.leg.br

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022

Presidente: Adilsom Castanho

1ª Secretária: Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva

Aos dois dias do mês de maio de 2022, às 19h00, no Plenário da Câmara Municipal de Piedade, situada na Rua Eurico Cerqueira César, nº 160, com a presença dos senhores vereadores: **1)** Adilsom Castanho (União Brasil), **2)** Alexandre Pereira (MDB), **3)** Alex Pinheiro da Silva (PTB), **4)** Caio Cézar da Silva Martori (PSDB), **5)** Jeferson Donisete Cardoso (PP), **6)** Joacildo Xavier dos Santos (PSD), **7)** José Anésio Xavier Lemes (PP), **8)** Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (PSD), **9)** Mauro Vieira Machado **(**PT**)**, **10)** Nelson Prestes de Oliveira (PSDB), **11)** Nilza Maria dos Santos Godinho (PSDB), **12)** Valdinei Aparecido Mariano Franco (MDB)**, 13)** Wandi Augusto Rodrigues (União Brasil) , foi dado início à décima segunda sessão ordinária de 2022 com o seguinte **EXPEDIENTE**: Em votação a ata da décima primeira sessão ordinária de 2022 – **Aprovada por unanimidade (12x0)**; Leitura das **Matérias Recebidas do Poder Executivo**: **Of. Seg. nº 52/2022**, de 27/4/2022 - Resposta ao requerimento nº 36/2022; **Of. Seg. nº 58/2022**, de 2/5/2022 - Informação sobre o projeto de lei nº 61/2021; **Of. Seg. nº 59/2022**, de 2/5/2022 - Informação sobre o projeto de lei nº 53/2021; Leitura das **Proposições**: **Projeto de lei nº 11/2022 (Poder Executivo)** – "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 e dá outras providências."; **Projeto de lei nº 11/2022 (vereador Wandi Augusto Rodrigues)** – "Tomba, em virtude de seu valor natural e arqueológico, a pedreira localizada no bairro do Piraporinha."; **Substitutivo do Projeto de Lei nº 9/2022 (vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva)** – "Dispõe sobre a criação de Biblioteca Digital Municipal e dá outras providências."; **Requerimento nº 47/2022** (vereador Adilsom Castanho) – "Voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria Amélia Godinho."; **Requerimento nº 48/2022** (vereador Alex Pinheiro da Silva) – "Voto de pesar pelo falecimento da senhora Jesadith Pinto."; **Indicação nº 86/2022** (vereador Alex Pinheiro da Silva) – " Indica estudo, junto à Sabesp, para a instalação de rede de água na Rua 1 no Bairro dos Godinhos.";

Indicação nº 87/2022 (vereador Alex Pereira da Silva) – "Indica a destinação do veículo enviado pelo Deputado Paulo Freire para o Posto de Saúde do Bairro dos Godinhos."; **Indicação nº 88/2022** (vereador Valdinei Aparecido Mariano Franco) – "Indica que sejam trocadas lâmpadas queimadas da iluminação pública no Bairro Piratuba."; **Indicação nº 89/2022** (vereador Wandi Augusto Rodrigues) – "Indica a limpeza no pátio da UBS do Bairro Sarapuí dos Luzes."; **Indicação nº 90/2022** (vereador Wandi Augusto Rodrigues) – "Indica a intensificação do patrulhamento da Guarda Municipal em frente às escolas municipais e estaduais.". Como não houve mais matérias a serem lidas no Expediente, foi passada a palavra aos vereadores inscritos em **Tema Livre**. – **Vereador José Anésio Xavier Lemes (1)** – "Senhor presidente, mesa, queria também cumprimentar os nobres vereadores, vereadora Chuca, também os funcionários desta casa, a população que nos acompanham, a moça que está nos assistindo, quando a gente entra em uma demanda política, é um caminho a percorrer, esse caminho a gente trilha tentando fazer o melhor, e diante desse trabalho que eu aderi a mais de vinte anos, só tenho a agradecer, agradecer a população de Piedade, conseguimos ser muito bem respeitados nas demandas, nos trabalhos, e eu também, em minha trajetória, não poderia deixar de agradecer, mais uma vez, nessa tribuna livre, eu trouxe, essa semana, a minha mãe, aqui nessa Casa de Lei, vereadora Chuca, minha mãe com 93 anos, eu falei: 'Mãe, vamos conhecer o nosso prédio do legislativo' e ela ficou muito encantada, vereador, e ela ficou mais feliz ainda, de a vereadora Maria Vicentina, que é muito querida de nossa família também, receber a minha mãe, com todo carinho e todo respeito, vereadora, a minha família mandou eu transmitir um grande abraço para a senhora, também os funcionários dessa casa acolheram a minha mãe, como eles são prestativos, ela também, Odilon, mandou agradecer a todos vocês. Vereadora, eu recordei de uma palavra, Nelson, quando a vereadora Maria Vicentina era prefeita, a senhora sabe que Piedade foi muito bem representada no cenário nacional, foi no governo da senhora, que muitas matérias da nossa agricultura e da nossa economia foi em rede nacional, através do programa Nosso Campo, através do Globo Rural e todas as emissoras de televisão estavam sempre em Piedade, sabe porque vereadora? Porque tinha uma diretoria de agricultura atuante, onde nós buscávamos mostrar aquilo que tínhamos de bom, a produção de morango, a produção de yacon, Nelson, quantas vezes as emissoras foram até a roça do Beto Prestes, a produção de maracujá, enfim, isso é coisa que não se vê mais, o nosso município no cenário, nem regional, praticamente, e em uma das visitas, vereador Mauro, da TV TEM, eu fiz muita amizade, sempre que eu podia eu estava na emissora, fiz muita amizade, através dessas matérias, conversando com o apresentador Antonio Nóbrega, eu falei: 'Parabéns, pelo programa Nosso Campo', ele falou bem assim: 'Parabéns para

vocês, parabéns povo de Piedade, parabéns, onde a cobertura da TV TEM, se nós temos uma audiência muito boa, é porque vocês fazem acontecer, vocês nos mandam matéria, vocês nos assistem.' E o diretor do programa me chamou e falou, vereadora Chuca: 'Eu não sou bom.', o apresentador falou: "Boa é minha equipe, é todo esse povo que me dá suporte, é toda essa equipe, que leva o programa ao ar, sozinho eu não sou nada" – **Aparte vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva** – "Quero parabenizar o trabalho de todos que colaboraram no meu governo, a você também, porque é o trabalho da equipe, se saia era o trabalho da equipe e parabéns também pela família que você tem." – Continuou o orador – " Obrigado vereadora, a senhora faz parte de nossas conquistas, eu venho aqui, vereadores e vocês que nos assistem, Odilon, eu queria agradecer a todos os funcionários dessa casa, eu queria agradecer, eu falo que vocês aqui, são os nossos amigos, vocês são a minha segunda família, uma boa parte do meu tempo e do nosso, ficamos com vocês aqui, se eu faço algo, é porque vocês funcionários dessa Casa de Lei, nos acolhem, trabalham da melhor forma possível, quero agradecer ao Valter Gomes também, sempre prestativo, sempre me informando dos acontecimentos, dos eventos, Valter, quero agradecer também a você, pela atenção que sempre mostrando para a gente o melhor trabalho, eu quero falar uma coisa para vocês aqui, no mandato da minha reeleição, eu fiquei um ano agradecendo, comecei, vereador Alex, logo após a eleição, sempre agradeci em quatro meses, mas por causa da pandemia, da nova vacina, a população tomando vacina, iniciei após a reeleição e demorou um ano, e nesses agradecimentos, que terminaram em dezembro, eu tive o prazer, junto com o vereador Mauro, de nós estarmos participando, vereador, da entrega do certificado aos formandos da Etec no Kaikan, o senhor estava presente, em dezembro, terminou nossos agradecimentos, já teve mais um evento, entrega de certificados, eu sou ex-aluno da Etec, sou formado pela Etec, técnico, então eu fiquei muito feliz, depois, venho também, eu quero relatar aqui na tribuna livre eu posso falar aqui o que eu devo falar, a minha viagem a Bom Jesus do Pirapora, com o pessoal do bairro da Serra, bairro dos Buenos e Funil, eles falaram: 'Zé, nós queremos que você nos acompanhe.' Foi muito promissora essa viagem, nessa viagem falamos de política, falamos de agricultura, falamos de futebol e relembramos o rio Tietê, no seu auge, onde tinha os barquinhos que faziam a travessia, e todo mundo lá, chegando em Pirapora, uma viagem bonita, a pé, 102 km, que nós percorremos a pé, após essa viagem, eu também voltei, participamos, junto com o nosso presidente Adilsom, na abertura do caqui fuyu, estive presente também e no encerramento do caqui fuyu, foi no mês de abril, também no mês de abril, eu venho agradecer, mais uma vez, ao Valter, sobre a entrega do certificado, o espaço físico dos formandos do núcleo do Cruzeiro do Sul, não é vereadora Maria Vicentina, a vereadora estava junto comigo,

onde entregamos o certificado, não é vereadora, aos formandos, foi muito gratificante, o que eu recebi, vereadora, de elogio e de agradecimento, por estar presente neste dia, eu citei e agradeci, nosso secretário e citei e agradeci todos os vereadores, a senhora estava presente, eu fiz questão de agradecer a cada um dos senhores e a vereadora Chuca, porque sem vocês, nobres, eu também não sou nada, fazem parte dessa minha trajetória, cada um de vocês, eu sou fã de cada um de vocês, então eu quero agradecer em tribuna, o quanto eu tenho carinho e respeito a cada um de vocês, também, essa viagem da Agrishow, como ir para Agrishow, quando muitos pessimistas, a Agrishow não é para os piedadenses, conversando com o prefeito Geraldo, ele fez uma correria, quero até agradecer pelo esforço do prefeito Geraldinho, de fazer a correria e conseguir um ônibus para a Agrishow, deixo meu carinho, também, para o vereador Tatu, que se prontificou em nos auxiliar, foi uma viagem muito importante, onde, piedadenses compraram tratores novos na Agrishow, como que Piedade não pode participar, se o nosso povo é trabalhador e nosso povo faz a diferença? Enfim, quero falar também do evento de ontem, de carros, que evento fantástico, parabéns aos organizadores, parabéns a todos, eu acho, foi fantástico, vários vereadores estavam presente, eu recebi uma mensagem de um senhor que percorre o Brasil inteiro nessa exposição, Ferreri, eu vou mandar para os nobres edis no seu whatsapp, a mensagem do que ele falou de nossa cidade, é muito bonita, para resumir, eu tenho um minuto,a gente não conquista nada sozinho, temos que ter Deus em primeiro lugar e respeito ao próximo e a família, quando a gente respeita, a gente é respeitado, quero continuar nessa trajetória, sempre respeitando, e quero continuar com os meus amigos, e o meu Deus que me dá sabedoria, que me orienta e me capacita a todo momento, e a todos nós , muito obrigado, senhor presidente, deixo um grande abraço a todos vocês e a vocês que nos acompanham pelas plataformas, meu muito obrigado e que Deus abençoe.” – **Vereador Caio Cézar da Silva Martori (2)** – “Excelentíssimo senhor presidente, Adilsom Castanho, mesa diretora, nobres colegas, funcionários da casa, população que nos assiste aqui no plenário e nas redes sociais, uma boa noite a todos. Eu tenho diversos assuntos para falar, mas hoje eu gostaria de começar falando de um assunto que foi tema, na semana passada, que o nosso nobre vereador Nelson Prestes, trouxe aqui para a população, as conquistas que nós temos conseguido junto aos deputados, então ele colocou aqui a questão de uma verba de R$ 300.000,00, para que algumas demandas da área da saúde fossem atendidas, eu quero trazer aqui, as informações, na ocasião eu fiquei de levantar as informações, o deputado federal Vitor Lippi, está destinando uma emenda no valor de R$ 318.000,00 e o objetivo dessa emenda é justamente atender essas demandas da área da saúde, só que depende da pactuação da prefeitura municipal com o único hospital de Piedade que tem estrutura para atender essas demandas, que

é a Santa Casa de Misericórdia de Piedade, então a emenda vem e a prefeitura tem que pactuar, ou seja, tem que fazer um contrato com a Santa Casa, e nesse contrato é definido o que vai ser feito e o repasse do dinheiro é feito para que Santa Casa execute essas ações, então a verba vira e estará disponível para seguintes demandas: mamografia, procedimentos ginecológicos, hérnias, vesícula e catarata. Essas demandas poderão ser atendidas, cabe ao executivo conversar, já tem uma conversa nesse sentido, do deputado com a prefeitura e a prefeitura vai sentar e também vai conversar com a Santa Casa, para que essa verba possa ser usada para atender essas necessidades, é uma conquista grande, a gente agradece o deputado Vitor Lippi, por nos atender aqui, além disso o deputado, também, está trazendo R$ 197.000,00 para saúde, a gente sabe que é uma plataforma dele, que é médico, atender os municípios na questão da saúde, ele está trazendo aí mais R$ 197.000,00, para equipar os postos de saúde, as UBSs do município, é um dinheiro que vai ajudar, inicialmente esse essa verba viria para castração de animais, como não pode ser usado, ele manteve essa verba e mandou mais R$ 200.000,00 para castração seja R$400.000,00, seria R$ 200.000,00 para as UBSs e mais R$ 200.000,00 mil para castração, e por fim, está mandando também R$ 300.000,00 para fomento a agricultura, a gente agradece, novamente, o deputado federal Vitor Lippi, por estar enviando recursos que vão ser muito úteis em diversas áreas, hoje aqui eu explanei nas áreas da agricultura e da saúde, mas tem também de infraestrutura, as verbas que serão realizadas ainda, estão novamente em licitação de asfaltamento, na Vila Moraes, no bairro do Miguel Russo, tem ampliação, também, do ambulatório municipal, verba destinada, também, pelo deputado, a gente fica feliz que Piedade tem recebido a atenção dos deputados, investimentos que são importantes para nós. Usei quase metade do meu tempo de 10 minutos, eu vou tentar falar brevemente sobre um outro assunto, que nós vamos voltar a discutir aqui muito, é um tema extremamente urgente e necessário que é a exploração depredatória, por empresas aqui no nosso município, a mais de 10 anos, Piedade vem se posicionando contra empreendimentos minerais de exploração mineral, que possa destruir o nosso patrimônio natural do município de Piedade, a mais de 10 anos, está tudo documentado, antes de vir para a sessão eu estava estudando e relembrando tudo que aconteceu, desde 2012, mas o tema já era, está documentado, já era discutido em 2010 pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, o que que era, a necessidade de preservação dos nossos corpos da água, que são fonte de abastecimento humano e são fonte de irrigação para agricultura, que também é o abastecimento humano, na forma de alimentos, então desde 2010 o Conselho Municipal do Meio Ambiente vem discutindo essa problemática e a partir de 2012, considerou-se a possibilidade de uma empresa se instalar no município para explorar aquela área rochosa do bairro do Piraporinha, certo e em 2012 o

prefeito a época, era o Jeremias, não conseguiu o mecanismo jurídico, não conseguiu enviar para Câmara, algo que pudesse fazer essa proteção dos nossos mananciais, mas a população se posicionou, nós tivemos passeata nós tivemos abaixo-assinado, nós tivemos mobilização da associação de bairros do Piraporinha, dos vereadores, todo mundo se posicionou contra, porque sabia dos impactos, em 2013 quando a prefeita Maria Vicentina assumiu, ela estava com essa questão, e foi enviado um projeto de lei para Câmara, os vereadores, alguns que hoje estão aqui, analisaram e viram que tinha alguns problemas, esse projeto de lei, ele foi reenviado, também continha problemas, foi então que a prefeita Maria Vicentina pediu para que eu, na época, assessor jurídico da prefeitura, fizesse um projeto de lei que atendesse as normas constitucionais, atendesse os princípios constitucionais de legalidade, de impessoalidade, para que a gente pudesse proteger a nossa nossa riqueza natural de Piedade, como eu disse, a gente vai discutir muito sobre isso ainda, mas o que aconteceu foi que, a época, eu me cerquei de pessoas técnicas, que trabalhavam na Secretaria de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente, no setor de obras, eu levantei estudos que foram feitos, inclusive apresentados para {inaudível}, diversos estudos de microbacia, que foram feitos ao longo dos anos, peguei estudos da Sabesp, dizendo que quando ela assumiu em Piedade, ela tinha uma captação, a população era muito menor, tinha uma captação muito menor, no rio Pirapora e na época, em 2013, essa captação tinha aumentado e muito, porque a população também tinha aumentado muito isso só o que a Sabesp capta, fora que a agricultura aumentou e muito na década de 70, até o ano de 2013 e muito mais agora, prova disso é que o rio Pirapora estava se exaurindo, o volume de água que era disponível para que os humanos usassem, na época acertadamente foi construído um projeto, em que diversas pessoas participaram, esse projeto veio para esta casa de leis, foi aprovado, mesmo que a empresa tenha enviado uma carta pedindo a não aprovação, com alguns termos, deixando os vereadores preocupados, eu tive que vir conversar com os vereadores, garantindo que não havia com que eles se preocupassem, que eles tinham autonomia para votar e aprovar, que não existia nada de ilegal naquela lei, aquela lei foi aprovada para proteger os três rios que estão, inclusive, mencionados na nossa lei orgânica do município, é obrigação do município de Piedade, proteger o rio Pirapora, o rio Sarapuí e o Rio do Peixe, isso está na nossa lei orgânica, que é a nossa Constituição Municipal" – **Aparte vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva** – "Muito própria sua colocação, nós trabalhamos muito nesse projeto e a importância que eu quero destacar, que foi um trabalho do grupo, um diálogo estabelecido entre a gestão, como um todo, e a Câmara Municipal, existia esse diálogo, vamos explicar, a Câmara entendeu,e nós todos conseguimos aprovar esse projeto, que foi a preservação, exatamente dessas áreas, não somente

naquela região, como também do Rio Sarapuí, que era outra fonte, também, de interesses, e foi um trabalho muito bem feito, com relação ao grupo que atuava na prefeitura na época." – Continuou o orador – "Perfeito, obrigado, Maria Vicentina, o projeto foi tão pertinente em 2013, que nós vimos aí em 2020, foi necessário buscar água no rio Sarapuí, para manter a captação, o abastecimento humano da zona urbana onde a Sabesp atende, ou seja, lá em 2013, já se aprovou uma lei para preservar os três rios, incluindo o Sarapuí, porque a gente já previa que ia acabar água do Pirapora, e que o Sarapuí também precisava ser preservado para utilizar para abastecimento humano, meu tempo está acabando, eu vou voltar nessa tribuna para falar, mas eu fixo a minha posição desde sempre, eu sou contra qualquer empreendimento que destrua nosso meio ambiente, e vou ser sempre contra, e nós vamos lutar, eu convoco a população de Piedade, para que lute com todas as forças para que isso não seja feito, nas próximas vezes que eu subir na tribuna, eu vou explicar todo embrolho jurídico que nos trouxe até aqui nessas tentativas insanas de destruir o meio ambiente de Piedade e nós não vamos permitir, obrigado." – **Vereador Alex Pinheiro da Silva (3)** – Senhor presidente, nobres vereadores e vereadoras, população presente, funcionários dessa casa e pessoal que nos acompanham nas redes sociais, meu boa noite a todos. Queria falar nesta noite sobre o transporte, novamente sobre o transporte público, tivemos na semana que passou muitas reclamações, transportes lotados, além de não ter o transporte para transportar a população, quando tem o transporte é pouco para a demanda e aí lota de pessoas nos ônibus, trazendo transtornos para a população, fica aqui meu protesto sobre o transporte público e continua defasado em nosso município, queria falar também sobre o transporte escolar, semana passada teve um episódio, que perto da escola Maria Paula, um caminhão bateu em um ônibus escolar, os pais, não sei se algum dos vereadores recebeu pela rede social, pais desesperados, preocupados com isso e infelizmente, eu já pedi, também, não sei mais algum dos vereadores, pediram, solicitaram, foi feita, uma solicitação, para estar colocando uma placa ali na descida, para que não possa passar caminhões em horários de ônibus escolar, para que proteja nossas crianças, isso não aconteceu, espero que possa, o pessoal que é responsável pela sinalização, possa fazer isso, pois já foi solicitado, se precisar a gente solicita novamente, mas já foi solicitado sobre isso, a gente sempre aqui na Câmara faz pedidos, faz indicações, porque a população pede e nós vemos a necessidade do munícipe, e quando acontece isso, a gente fica triste, graças a Deus não aconteceu nada com os alunos, mas a gente fica triste porque a gente já de antemão, vereador José Anésio, a gente já pediu para estar colocando uma placa, prevendo que podia acontecer alguma coisa, mas graças a Deus aconteceu nada." – **Aparte vereador Jeferson Donisete Cardoso** – "Nesse momento que tinha acontecido isso lá com

caminhão, que pegou, acho que na frente do ônibus,de imediato, tanto eu quanto a diretora da escola, a Elaine, a gente já falou com o Tarciso, que se proíba a descida de caminhão, principalmente no horário da entrada e saída dos alunos, e a pintura, fazer a pintura nova para acertar o estacionamento dos carros." – Continuou o orador – "Obrigado vereador,é um pedido que há muito tempo, a gente tem pedido para o setor de sinalização fazer isso, infelizmente, não aconteceu, esperamos que aconteça agora, que vai trazer segurança para os pais, para as crianças, que estão naquele ambiente, também pedir para o pessoal de sinalização, que são os responsáveis por isso, pela pasta, cumprir a lei, foi aprovada por essa casa, de minha autoria, uma lei para colocar placa de importunação em frente a igrejas, escolas, em frente a asilo, em frente a postos de saúde, para estar em frente a entidades, colocando placa para que não possa passar essas motos, fazendo barulho, ou pessoas com carro de som alto, tem uma distância elevada para estar passando, tem que ter respeito com as escolas, tem que ter respeito com as igrejas, as igrejas também fazem a sua parte com o som, se o som estiver alto com certeza a polícia passa lá, José Anésio, a gente pede também que seja para os dois lados, que possa estar cumprindo a lei, que é lei em nosso município, que possa cumprir a lei e possa trazer também segurança e respeito a nossa população que tanto merece" – **Aparte vereador Nelson Prestes de Oliveira** – "Eu acho que a preocupação é grande com o que esses motoqueiros estão tão fazendo, esse escândalo na cidade, e ninguém toma providência, porque eu corri atrás disso, tem uma lei que é prerrogativa do prefeito, é só ele mudar um versículo nessa lei e ele autoriza a GM a fazer as multas, a GM não pode fazer essas multas, por causa dessa prerrogativa que está na lei, se o prefeito, acertar essa lei, fica mais fácil da GM fiscalizar, porque por enquanto ela não pode fazer nada, é só a militar, você entendeu? E eu acho que GM está ali, para também ver esse tipo de coisa, porque o que você vê por aí é que a população não está aguentando mais motoqueiro com esse barulho, uma hora da manhã passa, tem um motoqueiro que passa uma hora da manhã em frente a minha casa que, pelo amor de Deus, acorda todo mundo, sabendo que tem naquele prédio, só pessoa idosa, pessoa doente, entendeu, então eu acho que é, só para concluir, o Wandi falou com o prefeito falou e o prefeito não vai fazer nada, eu acho que é obrigação do prefeito, não é presidente, é obrigação do prefeito, acho que o senhor como presidente devia cobrar isso do prefeito, para que ele pudesse fazer essa prerrogativa, porque é só ele que tem esse direto." – **Questão de ordem** - o presidente pediu que o vereador concluísse o aparte – Continuou o orador - "Então, obrigado pelas palavras vereador, é infelizmente,como não tem placa sinalização, não tem nem como cobrar, se o senhor ali na sua casa ficou incomodado muito com essas motos, imagine as nossas idosas da casa da entidade ali em cima, São Vicente de Paula na devem estar

descansando e passa as pessoas com o carro de som alto, essas coisas assim, peço que,se não tiver sinalização como que as pessoas vão saber que não pode passar com barulho, primeiramente vamos fazer nossa parte, sinalizar a cidade, depois, a gente cobrar e tomar as providências. Quero aqui agradecer a Sabesp, semana passada estive nessa tribuna, criticando o órgão Sabesp, hoje quero agradecer a Sabesp, por ter atendido o pedido, não meu, mas dos moradores da Vila Moraes, onde foi tampado alguns buracos, sabemos que tem ainda as redes pluviais, que estão entupida ainda ali, mas que é parte da prefeitura, também quero agradecer o Éder por ter atendido o pedido dos moradores da Vila Moraes, estão agradecendo nessa noite é cada um de vocês e também quero agradecer ao prefeito, tivemos aqui falando sobre medicamentos, falando sobre médicos, falta de médicos em nosso município, o prefeito anunciou que está contratando médico e farmacêutico para estar colocando nos postos de saúde e aí atender a população, obrigado." – Esgotado o tempo para a realização do Expediente, conforme define o § 2º do art. 112 do Regimento Interno, os demais vereadores inscritos em Tema Livre estarão automaticamente inscritos para a próxima sessão, conforme define o § 6º do inciso III do art. 115 do Regimento Interno. Após o encerramento do Expediente, o senhor presidente concedeu 15 (quinze) minutos de intervalo regimental e, após encerrado o intervalo e realizada nova chamada regimental, quando foi constatada a presença de todos os vereadores, foi dado início à pauta da **ORDEM DO DIA**. **1) Projeto de decreto legislativo n° 6/2022 (vereador Alex Pinheiro da Silva) –** "Concede o título de cidadão piedadense ao Sr. José Olímpio Silveira Moraes." – O projeto de decreto legislativo foi colocado em única discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o projeto de decreto legislativo foi colocado em única votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**; **2) Projeto de lei n° 52/2021 (Poder Executivo) –** "Dispõe sobre a instituição do Plano de Regularização de Obras (Pro/Piedade) do Município de Piedade e dá outras providências." – O projeto de lei foi colocado em primeira discussão – **Vereadora Maria Vicentina Godinho Perreira da Silva (1)** – "Inicialmente, quero aqui cumprimentar o excelentíssimo presidente da Câmara Municipal, Vereador Adilsom Castanho, a mesa constituída, nobres pares, o público que nos assiste, também, pelas redes sociais, o meu cordial boa noite, aos membros aqui da Câmara Municipal, que estão nesta noite, também, nos auxiliando, importante esse projeto para Piedade, é um projeto que foi construído e que foi discutido, levou algum tempo para estarmos complementando, esperando também a Prefeitura Municipal fazer a consulta pública, mas esse projeto ele já vem sendo analisado já mais de quatro anos, foram ouvidos segmentos diversos, engenheiros, a própria. vamos dizer, os órgãos que cuidam também da regularização de obras, contabilidade, as pessoas que tem muita prática de estar entrando com o processo, isso daqui

indica um avanço e uma grande contribuição para a arrecadação do nosso município, isso tudo vem a trazer um grande benefício e eu quero, sem citar nomes, agradecer às pessoas a todas as pessoas que colaboraram, principalmente a equipe técnica da prefeitura, que eu sei que devo sobre isto e acabou culminando neste projeto e que vai trazer grandes divisas para o nosso município, por isso, eu estou aqui para manifestar o meu voto de apoio e também solicitar aos colegas, que também aprovem, que nós estamos esperando por esse projeto a algum tempo, obrigada presidente, era essa minha palavra." – Continuou em discussão – **Vereador Caio Cézar da Silva Martori (2)** – "Peço dispensa das formalidades regimentais, já fiz o uso da tribuna hoje e vou direto ao ponto para comentar o projeto, bom, esse projeto de lei, qual o objetivo dele? É regularizar as edificações, as construções, que já existem no município e que estão em desacordo com a legislação Municipal, isso já foi feito, inclusive na época da prefeita Maria Vicentina, as administrações têm tentado regularizar os imóveis já algum tempo, por quê? Infelizmente, ao longo das décadas, vamos dizer assim, muito se foi edificado, ocupado e construído no município de Piedade, não só no município de Piedade como no Brasil, mas falando da nossa realidade, em desacordo com as normas municipais, e isso sempre gerou muito transtorno para administração pública e para a própria população, então esse projeto vai possibilitar que os imóveis sejam regularizados, que eles estejam de acordo com a legislação municipal e isso vai possibilitar o aumento de arrecadação do município, porque hoje muitos imóveis por não estarem regularizados, a administração não pode cobrar deles os devidos tributos, impede a administração de arrecadar e como a administração perde arrecadação, o munícipe perde, porque não há possibilidade financeira de fazer mais investimentos, de atender as necessidades da população, nesse sentido o projeto é excelente, só que infelizmente ele denota uma cultura que nós temos de não observar as normas e regras, então edifica-se contra a legislação, sem comunicar a prefeitura, nós, todos temos que lutar sempre, por esclarecer a população, que a população precisa, antes de adquirir uma propriedade, nua sem edificação, ela tem que consultar os órgãos, tem consultar prefeitura, tem que consultar o cartório de registro imobiliário, para saber se aquela área é legalizada, nós sofremos muito com isso, e aí o segundo passo, em sendo legalizada, ela tem que procurar a legislação municipal, através dos profissionais competentes, para poder dar entrada no processo de construção, para atender às normas, para que a gente não tenha mais esse tipo de problema, do município ficar anos sem arrecadar numa propriedade, fica anos irregular, e quando a gente fala em propriedade irregular, não é só que a propriedade em si não atende alguns parâmetros, a construção, muitas vezes está, em lugar que ela não poderia estar, prejudicando o meio ambiente, prejudicando inclusive, as próprias pessoas

que constroem, que estão sujeitas a intempéries, quando ocupa próximo de corpos da água, enchente, enfim, uma série de problemas, então a legislação, esse projeto que a gente vai votar, é sim uma nova possibilidade da gente recuperar o que foi perdido lá atrás, mas fica o meu apelo aqui também, para que a gente, para que a administração municipal seja muito firme na questão de fiscalização, na questão de esclarecer a população, precisa mudar essa cultura de não cumprir as normas, a gente precisa que a população tenha ciência que ela precisa procurar as normas legais para poder adquirir terrenos, e para poder edificar, para que a gente não tem a toda essa problemática que o município enfrenta há décadas, eu sou pela aprovação do projeto, mas eu também peço que a administração seja muito firme no sentido de educar a população e de fiscalizar, para que a gente não tenha tanto avanço desses problemas, a gente sabe das dificuldades, mas sabe também que sempre é possível fazer mais nesse sentido, obrigado.” – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (3)** – “Excelentíssima mesa constituída, nobres pares, quem nos acompanha através das redes sociais, nossos colaboradores, a esposa do nosso querido Vereador Nei, está aí na plateia, boa noite a todos. Primeiramente, quero dizer que sou favorável ao projeto de lei, aliás, sou favorável a todo e qualquer projeto que venha organizar o município, o município organizado sempre vai estar em primeiro lugar, esfera estadual, esfera federal, nós só conseguimos projetos, ou projeto anda mais rápido, se tivermos um município organizado, a destruição de um município são os loteamentos irregulares, porque os que estão numa área regular, muita das vezes não recebe a melhoria por essas questões, e sempre digo, o problema que existe, nós temos que correr atrás de solucionar, mas impedir é a grande obrigação do município, impedir essas pessoas que vem para o nosso município, como já falei nessa tribuna, compram um alqueire de terra por R$ 100.000,00, faz um milhão de reais, bota o dinheiro no bolso e somem e larga o povo sem água, sem energia elétrica e com mais impedimentos. porque hoje a prefeitura é obrigada a cumprir a lei, e a lei diz que não pode dotar de infraestrutura esses lugares, quem fica no prejuízo primeiramente, quem compra, por muita das vezes, coloca tudo que ele tem para realizar um sonho e esse sonho acaba se transformando em um pesadelo, porque ele não consegue regularizar sua propriedade, só para ilustrar falei com o prefeito nesse sentido, existe uma maneira mais fácil e mais rápido de fiscalizar, porque o nosso município é imenso, a quantidade de profissionais, de fiscais é bem pouco, relacionado a expansão territorial do nosso município, mas nós temos e precisamos achar o meio de fiscalizar os famosos contratos de gaveta, o maior problema que nós temos no nosso município, a compra no documento instrumento particular, contrato de gaveta, e isso está virando mania no município, mas todo e qualquer contrato, na maioria das vezes, ele é reconhecido firma, passa pelo cartório,

um funcionário da prefeitura dentro do cartório resolveria o problema, toda a cópia viria para o setor de fiscalização, porque lá consta quem vendeu e consta quem comprou e dá tempo na maioria das vezes de você esclarecer, quem está sendo lesado, essa é a verdade, – **Aparte vereador Caio César da Silva Martori** – "Só para contribuir, você tem razão, infelizmente, a questão do reconhecimento de firma que nada mais é que, o cartório está atestando que aquela assinatura, que a pessoa coloca no papel, é uma assinatura semelhante a que a pessoa registrou no cartório, então o vendedor engana o comprador, dizendo que aquele reconhecimento daquela assinatura é uma validade do contrato, sendo que o contrato não é analisado pelo cartório, o cartório simplesmente atesta que aquela assinatura, que você pode colocar até no papel em branco, é semelhante, não é nem idêntica, é semelhante a que está registrada lá no banco de dados do cartório, é utilizado isso para enganar o comprador, infelizmente, isso tem que ser coibido, obrigado." – Continuou o orador – "Eu que agradeço, é exatamente isso, eu falo também, porque sou do ramo imobiliário, sou corretor de imóveis, trabalho na área do empreendimento, e a gente sofre, e o mais triste disso tudo, porque uma vez o município, que tem essa prática cria uma concorrência desleal, o verdadeiro empreendedor, as pessoas aptas ao ramo do empreendedorismo." – **Aparte vereador Joacildo Xavier dos Santos** – "Em relação a botar um funcionário dentro de um cartório aqui, as pessoas começariam a migrar para outra cidade, por que reconhecer firma, você reconhece em qualquer cidade do país." – Continuou o orador - "Sim, mas eu tenho certeza que quem está comprando, a hora que for convidado para reconhecer firma em uma outra cidade, já vai pensar melhor, pode ter certeza: 'Opa, quem está vendendo para mim, não quer reconhecer na própria cidade onde ele está vendendo o empreendimento.' Quando ele está vendendo o imóvel, tenha certeza que a pessoa vai pensar duas vezes, estou falando porque por ser do ramo, enfim, esse projeto de lei dá a possibilidade das pessoas, que estão na zona rural, também ter o seu imóvel legalizado e uma vez isso feito, incorpora-se ao patrimônio da pessoa, o que é mais importante nisso tudo, adianta, nós vemos aí, é comum zona rural, próximo da cidade, casas de padrões mais elevados do que até mesmo na área central, porque até mesmo no Guatambu, que é um bairro nobre, nova Olinda, enfim, a gente vê e lá ele edificou com o material melhor, de melhor qualidade, enfim, mas não tem nada que comprove aquilo documentalmente falando, ou seja, se amanhã ele precisar daquele imóvel como garantia, qualquer coisa, levantar um dinheiro, fazer qualquer coisa, não serve como garantia, e esse projeto de lei ele vai amparar nesse sentido, e ao mesmo tempo, nós temos., o município tem que, a partir desse projeto de lei, exigir que as pessoas também façam, porque senão vai fazer um ou outro que tem uma outra visão, enfim, e muitos não vão fazer, aí o projeto fica vago, esse projeto."

– **Aparte vereador Nelson Prestes de Oliveira** – "Só uma observação, eu acredito, que nem o senhor acabou de falar, que é do ramo imobiliário, eu acho que também a culpa no cartório é as imobiliárias, de pegar e aceitar esse tipo de coisa, é porque eles que fazem os trâmites da negociação, então eu acho também que não é só o cartório que tem que ser fiscalizado, também, eu acho que tem que ser fiscalizado o sistema imobiliário, porque eles também vende esse tipo de coisa, que eu já tenho notado que vende, não é verdade? – Continuou o orador – "O senhor tem total razão, só que já existe, por lei, o CRECI é muito rígido nessa situação, o corretor de imóveis, que ele faz a aproximação, do comprador e do vendedor, ele passa a ter responsabilidade sobre aquilo, ou seja, ele responde junto com aquele documento e eu digo para o senhor, na maioria das vezes, o senhor pode até observar os anúncios, não são corretores do município, não tem o número do CRECI em alguns anúncios, existem sim, pessoas de má fé, como existe em todos os ramos, mas o corretor de imóvel que trabalha certo, tem por obrigação orientar o cliente, eu estou no ramo há mais de 12 anos, nunca vendi uma propriedade que não seja amparado por documentação, porque sei que vou responder junto, e o pior está virando mania, que das possibilidades de regularização, existe sim, mas a gente sabe a dificuldade que é, no mandato de prefeito da nobre vereadora Maria Vicentina, saiu alguns, do Tadeu, saiu alguns, agora tem uns em andamento, mas para o município regularizar é difícil, imagine profissional do ramo trabalhar com essa regularização, muitos dão entrada, vem novamente, dão entrada, protocolam na prefeitura, mostra lá e fala, ah está certo, mas daí quando sai os comunique-se, não cumpre nada dos comunique-se, o que que adianta? Não adiantou nada, é simplesmente um protocolo, se você protocola, eu tenho intenção, vou lá protocolo, na CETESB, na GRAPOHAB, qualquer órgão que seja, eu fiz o protocolo, mas se eu não cumprir as exigências, de nada adiantou, isso também vem acontecendo no nosso município, e a gente sabe, às vezes sai indicação, sai pedidos aqui, para que seja atendido com água, com energia em muitas localidades do município, mas a gente tem que admitir que muitas delas não podem ser atendido por essa questão da regularização fundiária, esse projeto ele pode se tornar ainda mais amplo, como eu estava falando, esse projeto tem que entrar na cabeça das pessoas, que embora vai gerar um gasto para ele nesse momento, mas ele vai ter certeza que aquele patrimônio é dele, porque por mais que ele seja dono da terra, se se a construção não está lá regularizada, ela não consta como patrimônio, não consta, enfim, hoje os dados são totalmente cruzados através da Receita Federal, e vai chegar o momento, já chegou na verdade, hoje no Imposto de Renda, se você for fazer o seu próprio imposto de renda, tem um link que você acessa, você não precisa nem colocar seu CPF, seu RG, seu endereço, estado civil, enfim, você clica lá e ele faz isso sozinho, você confere, se tiver OK, você da um

enter, você gasta três minutos para fazer o imposto de renda, então está se afunilando e todos vão precisar se organizar nesse sentido, e como eu disse, sou favorável ao projeto de lei, espero que venham mais projetos nesse sentido e o município tem que investir em orientação, tem as placas, que dá para ser usado o verso da placa, orientar antes de comprar uma propriedade em Piedade, procura o cartório, procura a prefeitura, procura o setor de obra, procura o setor de fiscalização, nós temos que fazer isso, que a maioria das práticas de loteamento clandestino no nosso município, não são desenvolvidos por pessoas daqui, só para concluir, a maioria deles são pessoas..." **Questão de ordem**: O vereador Mauro Vieira Machado alertou que o artigo 180 do Regimento Interno diz que quando é discussões de projetos é de 15 minutos (e não de 10 minutos), o tempo para o discurso, pediu para que seja atentado esse ponto. – Continuou o orador – "Sim, na verdade, acho que até conversamos sobre isso numa reunião, nobre vereador, em relação aos 15 minutos, mas eu respeito os 10 como todo mundo tem feito, e só para concluir é um projeto muito bom, quero também dizer as pessoas que nos acompanham, que nos cobraram muito sobre esse projeto, esse esclarecimento precisa ser feito, esse projeto está todo esse tempo na casa, não é por culpa das comissões, muito menos dos vereadores, é por exigências e obrigações que tiveram que ser cumpridas, que não foram feitas antes de vir o projeto para cá, então é o porquê que demorou esse tempo, uma delas é a consulta pública, que era de obrigação, e só saiu agora, uma vez que saiu, a casa fez o seu trabalho que é apreciar o projeto e tenho certeza que em alguns minutos o projeto estará aprovado em primeira discussão, obrigado." – Continuou em discussão – **Vereador Mauro Vieira Machado (4)** – "Senhor Presidente, mesa constituída, nobres pares, funcionários dessa casa, população que nos acompanhe pelo Facebook, população aqui presente também, uma boa noite a todos. Bom, primeiramente, o que me traz aqui a tribuna, é para esclarecer um pouco que ficou aqui, pelo vereador que me antecedeu, onde fala que é passível de regularização em zona rural, Art. 2º, § 1º: 'O Pró-Piedade, se aplica aos imóveis localizados na macrozona urbana consolidada e poderá se estender a macrozona de proteção e recuperação de mananciais, quando a regularização for autorizada pelo órgão ambiental competente, zonas de expansão urbana, núcleos urbanos definidos por lei específica, loteamentos aprovados, localizados na área útil marginal e represa do Itupararanga, definidos pelo decreto municipal nº 111 de 26 de dezembro de 1972 e imóveis do loteamento, não regularizadas, mais passíveis de regularização fundiária, mediante aprovação da comissão de regularização fundiária, ou seja, na verdade, somente nesses pontos e não, mais abrangente zona rural, se for zona rural, se for núcleos definido por decreto do prefeito, o que está constando, aqui só por questão de esclarecimento." – **Aparte vereador Adilsom Castanho** – "Eu agradeço muito e realmente é

isso, é quando, na verdade é zona urbana, mas com característica rural, isso daí que eu deveria ter falado, porque nós temos aqui, citar como exemplo, bairro do Jurupará, chegou zona urbana lá, mas tem no meio dele zona rural, então zona urbana com característica rural, seria essa a minha colocação, obrigado." – Continuou o orador – "Imagina, são núcleos espalhados por zona rural que tem, mas são núcleos com decreto municipal, dizendo que tem característica urbana, somente nesses pontos, também quero citar, da importância desse projeto, realmente ele vai dar mais condições e mais segurança para aqueles que têm o seu imóvel e não está regularizado, então tem e não tem, como foi falado, foi colocada a questão da assinatura por semelhança, e não o documento como um todo, mas somente constando que assinatura é semelhante que está no banco de dados, gostaria também de dizer da importância desse projeto e gostaria de dizer que eu sou favorável, sim a gente tem que pensar dessa forma, todo projeto que vem, realmente, para dar mais condições de regularização para o nosso município, que a gente tem que aprovar, quero dar os parabéns também para administração e para todos que compuseram, para que esse projeto chegasse aqui hoje, ele não chegou sozinho,idealizado por uma pessoa, mas sim por várias, por várias cabeças que pensaram e chegaram nesse ponto, meus parabéns a todos e obrigado pela atenção." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (12x0)** – O projeto será incluído na pauta da próxima sessão para segunda deliberação; **3) Projeto de lei n° 61/2021 (Poder Executivo) –** "Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão onerosa de uso do imóvel municipal edificado na Praça Coronel João Rosa e dá outras providências." – O projeto de lei foi colocado em primeira discussão – **Vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (1)** – "Senhor presidente, quero pedir a dispensa dos protocolos, que eu já estive ocupando também essa tribuna, eu quero fazer desse momento, também uma justificativa da minha posição diante desse projeto, inicialmente a própria mensagem do nosso prefeito, fala em concessão onerosa e exatamente é isto é esse essa questão que me pega nesse projeto, porque concessão onerosa é pagar para usufruir o bem, é algo que a pessoa que vai participar da licitação, ainda que seja a maior oferta, vai ter obrigações e também algumas vantagens econômicas, nesse sentido, eu não concordo, porque aquele ponto que está sendo proposto aqui a nosso edificação na Praça Coronel João Rosa, claro, a forma em que ele se encontra hoje, a guarita, que era antiga guarita da GM, aquilo descaracterizou totalmente, aquele marco, porque para mim, aquele lugar é um marco, é um marco, seja ele não tão, vamos dizer, algum tempo atrás, ele não tem tanto tempo, eu não sei qual é a data da edificação daquele marco, mas eu proponho a revitalização daquele espaço, eu proponho a volta daquele espaço, na forma em que ele foi construído, porque

aquilo foi uma marca de um tempo, em que ali se paravam os ônibus, o transporte público, eu que sempre residi naquela região, vocês sabem, que nós sabíamos até os horários, e ali era acompanhado, depois passou para ser um local, em que a população usufruía daquele espaço, a concessão de uso, a concessão onerosa, eu não concordo porque acaba trazendo mais um ponto para comércio ali e já temos ali vários comerciantes, a praça é muito bem servida, do tipo de atendimento a nossa população para oferecer o serviço, agora se tivesse a finalidade exclusiva, para as entidades assistenciais, as entidades que atende Assistência Social, saúde, educação, cultura, se fosse um espaço exclusivo para nossas associações, ONGs, instituições sem fins lucrativos, para campanhas, aí sim aquele ponto, seria um objeto de grande destaque, enfim, o meu voto, eu quero expor e justificar, eu sou favorável sim, a revitalização, eu sou favorável à volta ao espaço original, eu só não sou favorável a concessão onerosa, e destaco, eu confio na palavra do nosso prefeito, ele colocou muito bem no ofício, encaminhado hoje e lido aqui na Câmara, que não vai permitir que descaracterize aquele local, uma vez revitalizado, que descaracterize, mais a nossa lei é clara, que haverá uma uma licitação para o uso daquele espaço, e eu confio na proposta do nosso prefeito, que foi oferecido aquele espaço para casa do artesão, até muito bem destacado aqui nessa tribuna, já por outros vereadores, inclusive o nosso vereador Adilsom Castanho, está sendo oferecido para casa do artesão, aprovo casa do artesão, pode ser qualquer outra instituição, associação, que venha utilizar aquele espaço, eu só não concordo que fica ali a possibilidade, ainda que seja a última possibilidade, que o nosso prefeito está propondo, que é a concessão onerosa, ainda que seja a última, mais esta ali exposto na lei e eu trago aqui, esse meu posicionamento, sou favorável, ao uso exclusivo, sem a questão de pagar por aquele espaço, certo e então eu digo que o meu voto, será não para essa concessão onerosa, obrigada.” – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (2)** – “Peço dispensa das formalidades, de ante-mão, respeito muito a opinião da nobre vereadora Maria Vicentina, mas a minha posição é sim para o projeto de lei, aliás esse projeto já tinha que ter tramitado na casa há muitos anos, porque faz muito tempo que aquele espaço não tem finalidade, a não ser acumular lixo e deixar a praça feia, porque aqueles vidros espelhados que tem lá, aquilo sim não tem nada a ver com a realidade, aquilo é feio, ultrapassou mandatos, até mesmo da nobre vereadora, que foi prefeita, a época, e ninguém teve atitude de pensar numa mudança daquele espaço, também sou favorável que o município faça dos patrimônios dele arrecadação, assim como está dentro do mercado municipal, assim como nós temos inúmeros terrenos parados, tem a lei do nobre vereador Wandi, que é a questão do IPTU progressivo, das queimadas que acontecem, sim, nós temos inúmeros terrenos que foram comprados ou até mesmo que ficaram, quando se desenvolve

um empreendimento no município, fica para uso do município e não tem finalidade, não tem finalidade nenhuma, ou seja, o município não cuida, ele não aluga, ele não empresta para ninguém, porque não pode, enfim, tem que mudar essa característica, o que é patrimônio, nós temos que valorizar, eu pedi o levantamento do patrimônio do município no início desse mandato, e a gente tem inúmeros lugares que hoje não serve mais para nada, temos invasões, temos as escolas que era do município, que descaracterizou completamente, recentemente foi comprado o imóvel do Lar da Mônica, vai lá para ver, vai lá para ver o investimento que foi feito, de dinheiro público, não deu finalidade, está lá deteriorado e eu acho que tem até gente morando, eu passei lá esses dias, tomaram, quebraram, roubaram, e aí então por mais que seja patrimônio do município tudo tem que ter finalidade, esse é meu ponto de vista, seja ele com fins lucrativos, ou que seja alguém que vai lá para zelar, vou dar como exemplo, o clube literário, se a câmera não fosse para o clube literário, o que teria acontecido lá, o que teria acontecido no clube literário, muitos foram contra na época, em investir dinheiro em propriedade particular e isso e aquilo, mas foi feito e está lá, está tendo finalidade, o que não pode é aquele espaço da praça, que é a matéria da discussão, que não pode ficar do jeito que está, tem uma foto que o prefeito divulgou, que até ele subiu lá em cima da laje para desentupir, para limpar, porque estava cheio de sujeira e tudo mais, tem sim que dar uma finalidade, o que vai regulamentar esse projeto de lei, é o decreto, é a forma da licitação, tenho convicção, por conhecer o perfil do prefeito, como vereador, ele sempre defendeu a questão do patrimônio histórico do município, sempre foi a bandeira dele, eu também tenho a certeza que você não vai chegar ao ponto de criar uma concorrência com quem está ali na vizinhança, ´só o que me falta é fazer uma licitação concorrer com o bar, para concorrer a com a floricultura, para concorrer com o que está ali na praça, totalmente impopular, caso isto fosse feito, agora ter alguém ali, que pague um aluguel ou que faça revitalização, que traga aquilo para realidade o que foi construído, sempre conservando,isso é muito importante, isso tem que ter, o que não pode e nós passarmos mais quatro anos e aquilo não ter uma finalidade, eu acredito, tá aí, embora não faça parte do projeto de lei, mas ele fez questão de mandar, nós tivemos uma conversa ontem a respeito disso, eles documentaram, explicando que não vai descaracterizar aquilo, agora, não posso ser contra, só por que é oneroso, só por que vai ser aberta uma licitação, só porque vai ser cobrado, pode sim ser cobrado o aluguel e manter as características e com esse dinheiro conservar muito mais a nossa praça, que também precisa, se passar lá agora, está tudo apagado, tem roubo dos fios, tem, infelizmente pessoal em situação de rua, esses dias, o pessoal do comércio local me ligou , por que não aguentava o cheiro de urina que estava atrás, então nós temos inúmeros problemas, tem um ponto de táxi que está ali do lado,

temos inúmeras situações, tem uma situação, que tem a ver com a praça, que até nós conversamos, que é a questão daquela Araucária, ela secou, nós temos um problema, uma árvore linda, que faz parte da história da nossa cidade, temos que pensar naquilo também, e é o que eu digo, uma vez se tiver alguma arrecadação, esse dinheiro pode servir para própria manutenção da praça, é isso que eu quero dizer, confio, acredito e caso isso não aconteça, eu vou cobrar muito do prefeito, vou cobrar muito dele, ele vai sofrer porque eu vou cobrar nessa tribuna caso aquilo fique descaracterizado, mas eu não acredito nisso em momento nenhum, mais através do documento, pode ser que não agrade algumas pessoas que tem prédio comercial de locação, enfim, porque pode vir trazer uma concorrência, é uma concorrência, mas é uma concorrência legal, o município tem essa prerrogativa,e eu não sou a favor de nada de graça, já falo já, nós temos aqui o espaço que foi construído na Câmara, já já também vai ter que ter uma licitação, porque ali tem o banheiro, que vai quebrar, que vai entupir, vai estragar e vai pagar com o quê? Tem que ter uma arrecadação daquele próprio espaço, para da manutenção e dar segurança aquilo e assim eu vejo também o prédio da praça, e por isso eu sou favorável, peço apoio dos nobres pares, respeitando o posicionamento da ex-prefeita, da vereadora Maria Vicentina, respeito muito, sempre teve o meu respeito em todos os sentidos, mas eu peço a todos os vereadores, vamos votar favorável, é necessário, dar uma finalidade para aquilo, porque de verdade, eu não aguento passar naquele lugar e ver aquele espelho lá, parece, desculpa o termo, dois olhos de beronha, porque você passa, por um prédio histórico e se depara com um vidro espelhado, aí não dá, aí de verdade, aí não dá para acreditar, mesma coisa fazer isso na cadeia velha, é isso, muito obrigado.” – Continuou em discussão – **Vereador Nelson Prestes de Oliveira (3)** – “Senhor presidente, peço dispensas das formalidades, amigos vereadores, bom eu só tenho de dizer uma coisa, não sei porque que o prefeito está tão preocupado com aquilo lá, a besteira já foi feita, como disse a prefeita, eu acho que não adianta mandar uma lei aqui, para nós resolvermos uma coisa, que eu acho que não nem tem cabimento, porque vocês devem lembrar bem, agora pouco eles mexeram em um jardim público, arrancaram árvore, fizeram um monte para dar uma entrada em um terreno particular, entendeu, eu não sei porque e não mandou projeto nenhum para Câmera, a Câmara tinha que autorizar também, o que foi feito na praça, está na cara de todo mundo e ninguém falou nada, queriam que eu gritasse, mas já que veio esse projeto aí, porque ele não mandou um projeto para câmara aprovar, vocês entenderam? Nós, vereadores aqui, ficamos aqui, eu fiquei aqui de boca aberta, vendo uma coisa acontecendo na nossa frente, fizeram uma entrada lá, para uma pessoa particular, nem sei de quem é o terreno e não quero nem saber, porque não cabe a mim, só sei que está errado e agora me manda um projeto, ele bota lá,

deixa lá do jeito que está, agora manda o abacaxi aqui é só nós que temos que descascar o abacaxi, porque não fez um decreto ele lá, entendeu, nós precisamos estar mais atentos, eu sei lá, se eu voto contra, se eu voto a favor, pra mim {inaudível}, porque o pior já fizeram, {inaudível}, o que eu digo para vocês, nós precisamos ficar mais atento ao que está acontecendo, {inaudível}, a hora que quer, a hora que bem entender, obrigado presidente." – Continuou em discussão – **Vereador Caio César da Silva Martori (4)** – "{inaudível} E conversamos muito, sobre a gente ver as fotos antigas, principalmente dos desfiles de 20 de Maio, sempre ocorrendo ali naquela região e aquilo foi o ponto de ônibus, nas décadas passadas, aparecendo nas fotos históricas, dos momentos históricos do município, {inaudível} então para que eles não vão mais ficar, {inaudível} são embora tenha sido felizmente em alguns anos, {inaudível} foi utilizado de ponto de ônibus, descer no ponto de ônibus, {inaudível} passou uma discussão sobre patrimônio {inaudível}, eu também sou a favor, de que o município consiga gerar recurso próprio, através da exploração comercial dos seus bens, eu sou a favor porque a maioria dos municípios brasileiros, não conseguem gerenciar todas as suas demandas, depende sempre de repasse do governo federal, do governo estadual e muitos outros repasses, a maioria dos municípios no Brasil não é auto sustentável, e eu sou a favor de uma gestão auto sustentável, ter uma arrecadação para devolver para papulação, melhores serviços públicos, nesse sentido, você explorar os bens públicos para os particulares, ter um aluguel, para você poder ter manutenção ou reverter em outro lugar, no caso, a manutenção já vai ser feita por aquele que loca, está entre as suas obrigações, nesse sentido, a gente questionou o executivo, até foi pedido o adiamento da votação, pelo nobre vereador Wandi, porque a gente tinha essa dúvida, ele mandou simplesmente, vou conceder cessão privada, somente uma concorrência pública, a oferta de quem pagar mais vai poder usar o espaço, inicialmente por doze meses e no máximo sessenta meses, como vai ser essa litação? Quais vão ser as obrigações? O que vai ser feito? Vai poder descaracterizar ou não? Tinha essa dúvida, conversando com o executivo, ele disse que não pretende descaracterizar, mais do que já está descaracterizado, e colocou isso em um documento oficial, em um ofício enviado a essa casa hoje, qual era a nossa preocupação? Ele já esta descaracterizado, mais isso é reversível, a nossa preocupação era? Derruba tudo? Usa o espaço para fazer uma nova edificação? Aí o patrimônio se perde de vez, mas a partir do momento que assumiu o compromisso de não derrubar, eu entendo que há um compromisso aí do patrimônio ser preservado, não modificar as características, ele já está modificado, mas pelo menos as características originais das colunas e da cobertura, estão preservadas, não descaracterizar isso, poder reverter, quilo que foi falado aqui dos vidros, que é totalmente, não combina, eu não sou

arquiteto, não sou engenheiro, eu não entendo disso, mas até um leigo consegue entender que aquilo não tá conforme arquitetura original, foi feito ali uma adaptação que realmente não tem nada a ver com original, descaracterizou e tem um conflito ali de gerações, a gente vê que aquilo não está servindo para nada, como foi colocado aqui, eu sou favorável que de uma destinação, sem descaracterização, sem destruição, sem demolição daquele patrimônio, e esse compromisso foi assumido, o que cabe a nós agora? Eu sou favorável a aprovação do projeto, mediante esse compromisso que foi assumido pelo executivo, Cabe a nós entendermos, na prática, como vai funcionar isso a partir de agora, fiscalizar o cumprimento dessa execução, cobrar para que o que foi assumido aqui seja cumprido, e se essa experiência não der certo, a gente vai dialogar novamente com o executivo para futuramente..." – **Aparte vereador Nelson Prestes da Silva** – " O senhor falou uma coisa aí, de cobrar, precisa por na cabeça, que depois nós aprovarmos a lei aqui não tem choro, aí ele vai fazer o que ele quiser daquilo ali, aí não adianta você ir lá na porta prefeitura e bater para falar com o prefeito, porque não adianta, a lei vai ser aprovada hoje aqui, então isso que eu estou falando, tem que tomar, é bom pensar bem no que vai ser feito, porque depois de aprovar a lei.. Obrigado." – Continuou o orador – "Obrigado pela sua contribuição nobre, a questão da autorização do legislativo que ele está pedindo aqui, é para conceder para a iniciativa privada, mediante uma concorrência pública, não é que a gente não tem, no sistema democrático os poderes constituídos, nós temos a condição de fiscalizar, a população tem as condições de fiscalizar e cobrar, se houver uma descaracterização, providências podem ser tomadas, entendeu, eu entendo que a gente tem mecanismos, a gente está nessa discussão aqui, uma discussão pública, aqui nessa casa de leis, que está sendo gravada e vai ficar disponível em ata, em áudio, em vídeo, para que futuramente, se houver um desvio de finalidade, a gente tomar as providências, eu entendo, que nesse momento o compromisso é público do prefeito com essa casa de leis e com a população, que nós representamos a população." – **Aparte vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva** - "Já que nós estamos falando em discussão, existe uma frase, que na verdade ela já vem desde lá da antiga Grécia, 'A praça é do Povo', a praça é do povo, então aquilo tem que ser revertido, vai falar prestação de serviço, vai pagar, mas a utilização tem que ser voltada para comunidade, é assim que eu penso." – Continuou o orador – "Perfeito, eu concordo que a praça do povo, e a destinação tem que sempre atender o interesse público, é isso que a gente cobra do executivo: qual finalidade? Qual destinação? Vai atender o interesse público? Via de regra, não necessitaria de autorização legislativa para esse fim, eu até questionei o executivo, ele falou eu quero que a Câmara participe desta discussão, então eu vi o respeito com legislativo, de que o legislativo, nós estamos discutindo aqui hoje,

vários vereadores discutiram, tem posições divergentes, e eu acho que isso é fundamental para que a gente chegue a uma conclusão que tenha a menor chance de errar, ninguém está livre do erro, mas quanto mais a gente discuti, quanto mais posições tem divergentes, mais a gente consegue explorar aspectos que a gente não conseguiria se não houvesse discussão, entendeu, cada um apresenta a sua posição, isso é muito bom, é perfeito, o que a gente está fazendo hoje aqui é o nosso papel, de discutir e de cada um apresentar a sua versão para população acompanhar, a população tem que acompanhar isso, para que a gente tenha esse sistema da democracia, de freios e contrapesos, ninguém pode fazer o que bem entende, porque existem instituições que estão fiscalizando, existe o legislativo, existe a população, existem os conselhos, existem mecanismos da gente cobrar e fiscalizar, essa é a democracia, a gente precisa estar sempre discutindo e fiscalizando, é por isso que essa discussão é altamente proveitosa, eu acho que a gente, eu sempre defendi isso, que a gente discuta, esclareça para a população ouça a população, entendeu, se ali na frente a gente ver que houve uma descaracterização, nós vamos cobrar sim, com a força que nós temos como legislativo, vamos cobrar, está aqui gravado, nós vamos cobrar, como via de regra ,nem precisaria passar pelo legislativo, como são feitas as concessões de outros patrimônios que não passam por aqui, essa discussão coloca sim, uma obrigação para o executivo de que ele tem que ouvir o legislativo e tem que ouvir a população, para tomar qualquer decisão nesse sentido, se tomar uma decisão disforme com o que foi discutido aqui, com o que foi apresentado, com o que foi documentado, nós vamos cobrar, é isso nobres, obrigado.” – Continuou em discussão – **Vereador Wandi Augusto Rodrigues (5)** – “Boa noite senhor presidente, nobres pares, mesa constituída, público que nos acompanha, eu subo nessa tribuna para explicar, tentar explicar o meu ponto de vista, no qual eu concordo com a prefeita Maria Vicentina, aquilo ali é um o patrimônio histórico, só que hoje a gente não tá escolhendo se vai ser readaptado e revitalizado aquele aquele equipamento público ou se ele vai passar para uma concessão, o que a gente está decidindo aqui é se vai ser feita a concessão ou não, então qual é a conclusão que a gente chega? Que a gente votar não a esse projeto, não vai fazer com que ele volte a ser patrimônio histórico, o ponto de ônibus que ele era antigamente, só vai fazer com que aquele ponto continue aquilo que o Tirso falou, que é um espelhão gigante, que parece um aquário, sem uso, como o nosso nobre presidente falou hoje, eu bato muito na questão do projeto de lei do IPTU progressivo, eu acho injusto, haver pessoas que não tem casa, pessoas que não tem uma moradia digna, enquanto há terrenos privados parado, pense se a gente falar de terrenos públicos, aquilo ali é dinheiro do pagador de imposto, que eu sempre falo aqui a gente tem que respeitar o dinheiro do pagador de imposto, não existe dinheiro público, existe

dinheiro do cara que paga imposto todo santo dia, como é que a gente vai pegar um terreno, uma área, um imóvel que é do poder público, que poder público usou dinheiro de quem trabalhou para contribuir com impostos, e vai deixar parado, eu concordo com a prefeita, eu concordo que tem um valor histórico para o município, mas como eu disse anteriormente, a gente não está discutindo se vai fazer daquilo um patrimônio histórico de novo, ou se a gente vai mandar ele para uma concessão, ou emprestar para alguém, alugar, a gente não está decidindo isso, a gente está decidindo se faz alguma coisa ou se deixa parado, está na constituição, todo imóvel, seja ele público ou privado, tem que cumprir a função social do imóvel, não adianta nada a gente vir aqui, pregar a regularização fundiária, pregar a função social do imóvel particular, se a gente não prega a função social do imóvel público, se a gente anui que tem um imóvel público parado, eu vou dizer de novo, não é imóvel público, é o imóvel pago com dinheiro do pagador de impostos, eu concordo com nosso nobre vereador Caio, a gente tem que fiscalizar, porque o que foi nos passado é que não haverá uma descaracterização daquele imóvel, caso haja, aí a gente tem que agir, a gente tem que usar o nosso poder fiscalizador, é nossa função, enquanto representantes do povo, a gente tem que representar, legislar e fiscalizar, hoje estamos aqui legislando e se amanhã não for cumprido o que foi nos prometido, o que nos foi passado, nós iremos fiscalizar, então nobres colegas, ressalto mais uma vez, entendo o valor histórico, valor cultural que aquilo tem para o nosso município, mas peço voto favorável, tendo em vista que o voto contrário, pode fazer com que aquele móvel fique por mais alguns anos abandonado, obrigado a todos.” – Continuou em discussão – **Vereador Alex Pinheiro da Silva (6)** – “Vou pedir licença dos cumprimentos, presidente. Vou ao ponto, referente ao projeto, quero falar com você que está na sua casa, pequeno empreendedor, este projeto vem ao seu encontro, uma oportunidade para você ter um local para vender seus produtos, ganhar a sua renda e ganhar também o mantimento para sua casa, esse projeto vai trazer emprego para as pessoas, esse projeto vai trazer dignidade a nossa população, dignidade àquelas pessoas que estão precisando de um emprego, de uma oportunidade, e somos nós que temos que dar essa oportunidade, como nosso presidente falou, logo também vai ser licitado aqui, no espaço da Câmara aqui, e outros locais também que o prefeito está querendo fazer, quero aqui ressaltar e dá os parabéns para o prefeito, é isso mesmo, temos que pensar no pequeno empreendedor, lugar parado é dinheiro perdido, e essas pessoas com certeza vão chegar lá e vão cuidar com carinho, com amor e vão trazer a oportunidade para as pessoas ter o mantimento na sua casa é melhor nós abrirmos espaço para as pessoas trabalharem do que abrir espaço para doar, para entregar, estamos abrindo espaço para as pessoas trabalhar, então é essa minha colocação, sou a favor do projeto, caso não for feito licitação para

isso, que se faça uma licitação para nossas entidades, que elas possam assumir esses pontos, nossas entidades, hoje, estão passando dificuldade muito grande em nosso município, por causa das rendas que estão muito defasadas, vamos lá, entregamos para nossas entidades, ajudamos nossas entidades, geramos empregos, geramos oportunidade e ajudamos nosso município, obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em primeira votação – **Aprovada pela maioria (11x2) –** A vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva e o vereador Nelson Prestes de Oliveira, votaram contra o projeto de lei – O projeto será incluído na pauta da próxima sessão para segunda deliberação ; **4) Projeto de lei n° 8/2022 (Poder Executivo) –** "Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da lei municipal nº 4613, de 18 de dezembro de 2019." – O projeto de lei foi colocado em primeira discussão – **Vereador Caio César da Silva Martori (1)** – "Peço dispensa as formalidades regimentais, vou direto a discussão do projeto, projeto de lei, visa tornar extensível aos conselheiros tutelares, os reajustes que forem dados aos servidores públicos municipais de Piedade. Porque desse projeto de lei? Porque o Conselho Tutelar foi criado por lei federal, mas nunca teve uma regulamentação específica pelo próprio governo federal, a gente acompanhou, eu acompanhei trabalhando como assessor jurídico da prefeitura, o quanto essa lacuna da lei, a sua omissão da lei acabou por prejudicar os conselheiros tutelares, eles não faziam parte do quadro, como não fazer parte do quadro de servidores públicos municipais, mas eles prestam serviços para a municipalidade, ficava uma questão mal resolvida, a lei federal foi modificada, no sentido de melhorar o processo de eleição, nesse sentido houve um avanço, mas mesmo assim deixou muito a cargo dos municípios a regulamentação necessária, inclusive da remuneração, tanto que você vê em alguns municípios, os conselheiros tutelares têm uma remuneração ótima, mas isso é fruto dá omissão da lei federal em regulamentar todos os detalhes que são afeitos a questão do Conselho Tutelar, os conselheiros tutelares ficavam muito tempo sem ter reajuste, porque isso ficava sempre na decisão do poder executivo e não existia uma norma, como não existe uma norma definitiva, em que assegure, dê uma segurança para os conselheiros tutelares, temos aqui o nobre vereador Nei, que foi Conselheiro, sabe das dificuldades que enfrentaram ao longo dos anos, não tinha uma segurança de ter um reajuste daquela remuneração, o conselheiro era eleito e no ano seguinte, a inflação corroía o poder de ganho dele, da remuneração que ele tinha, isso ao longo dos anos, entre outras coisas, afasta as pessoas do interesse de ocupar uma função extremamente importante, a proteção, a função dos conselheiros tutelares é extremamente importante, na defesa e na garantia da lei das crianças e dos adolescentes, esse projeto de lei ele visa tornar obrigatório, que quando tiver o reajuste, a revisão anual geral dos servidores públicos,

que também seja feito, na mesma porcentagem para os conselheiros tutelares, isso vai garantir que, anualmente, os conselheiros também tenham, sempre que os servidores tiverem o reajuste, os conselheiros também tenham, não vai diminuir a questão da remuneração, por conta da inflação e tudo mais, é um projeto que visa melhorar ainda mais, a questão do Conselho Tutelar, muita coisa ainda precisa ser feita, mas ao longo dos últimos anos, muitos avanços e esse projeto é mais um deles, eu sou favorável e peço que os nobres também votem a favor, obrigado." – Continuou em discussão – **Vereador Valdinei Aparecido Mariano Franco (2)** – "Boa noite presidente, mesa, nobres vereadores, população que nos acompanha aqui presente e pelas redes sociais, colaboradores da casa. Bom, então, na verdade, eu vou aqui só, praticamente, vereador Caio, reescrever ou refalar o que você disse, parece que você foi Conselheiro até, eu tive a honra de ser conselheiro tutelar em duas ocasiões, primeiro em 2014 e agora nesses últimos conselheiros que foram eleitos, eu fui um dos eleitos também, e tive a honra de ser o presidente do Conselho Tutelar, exatamente o que o Caio falou, o Conselho Tutelar é um dos órgãos mais importantes, na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, trabalho dificílimo, eu senti isso na pele e os conselheiros tutelar estão sentindo ainda, essa briga nossa vem de muito tempo, tivermos diversas reuniões, encontro com a outra gestão, e o que faltou na verdade, foi vontade, com todo respeito a quem estava lá, mas a gente teve reunião, onde praticamente não teve respeito com os conselheiros tutelares, inclusive, em uma delas, a gente acabou se exaltando um pouco, pela falta de carinho, já falei de respeito, mas talvez de carinho pelo trabalho em relação as crianças e adolescentes, eu penso, se está acontecendo agora, o Conselho Tutelar está com uma sede nova, participamos da inauguração, com condições para receber as crianças e seus pais, inclusive uma coisa simples, que é um fraldário, algo assim, parece meio bobo, mas é uma coisa simples, fazia muita falta, além da sala pedagógica, os conselheiros tutelares já receberam o retroativo de um aumento que era para ter acontecido já no ano de 2019 ou 2020, alguma coisa assim, então benefícios já foram feitos pelos conselhos tutelares, agora a pouco tempo a gente aprovou aqui o ticket de alimentação, que era uma briga e agora para que se torne lei, o aumento do salário, o ex-prefeito chegou falar para nós uma vez que, os conselheiros não tinham direito, a 5%, algo assim, entendeu, e mais uma vez eu falo da falta de respeito, com um órgão tão importante, se está acontecendo agora, eu dou os parabéns aqui para o prefeito Geraldinho, é porque, então, era possível, se tudo isto está acontecendo agora é porque tinha possibilidade de acontecer, não é nada fora da lei, eu lembro que uma vez eu perguntei para o ex-prefeito: 'O seguinte, prefeito, mais isso aqui é fora da lei?' Isso foi em relação ao ticket , não é fora da lei, então tem possibilidade de acontecer, o que faltou foi vontade e sem querer fazer aqui o

trocadilho, muita falta de vontade, então mais uma vez, parabenizo o prefeito Geraldinho, e peço o apoio de vocês, em nome dos conselheiros tutelares, obrigado.” – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)** – O projeto será incluído na pauta da próxima sessão para segunda deliberação**.** Como não houve mais matérias na Ordem do Dia, nem vereadores inscritos em **EXPLICAÇÃO PESSOAL**, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão ordinária às 22h07. Eu, Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva, 1ª Secretária da Mesa Diretora deste Poder Legislativo, autorizei a transcrição desta ata que será submetida ao Plenário, oportunamente.

Adilsom Castanho
Presidente

Valdinei Aparecido Mariano Franco
Vice-Presidente

Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva
1ª Secretária

Wandi Augusto Rodrigues
2º Secretário